

MUNDO

Jornal Giramundo . nº 15. Ano 05 - Agosto de 2005

10
anos
ECA



Sorrisos dependem de ação

Entrevista: **Millen Castro**,
Promotor de Justiça fala
sobre os Conselhos de
Direitos das Crianças.

Pg 4 e 5

Coragem:
"Vamos fazer
nossa parte",
Jonatas, 16 anos.

Pg 6

União: "Somando forças, a
sociedade pode dar uma
resposta imediata",
Noé Silvestre, sindicalista.

Pg 3

EDITORIAL

No Brasil, milhares de meninos e meninas passam por situação de abusos e exploração sexual todos os dias. Nas escolas públicas faltam-lhes professores e condições para um bom aprendizado. Os índices de trabalho infantil continuam entre os piores do mundo, apesar da grande redução nos últimos 15 anos. Estima-se que 5 milhões de crianças e adolescentes ainda vivem no trabalho e fora da escola. Eis aí alguns dos desafios atribuídos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 15 anos no último dia 13 de julho.

Desde o nascimento do ECA até os dias de hoje, algumas conquistas podem ser apontadas. Por exemplo, um sistema de garantia de direitos; a proibição do consumo de bebidas alcoólicas por parte de meninos e meninas com menos de 18 anos; a destinação de ações judiciais para atender as demandas da infância; e a realização de inúmeras conferências, com o intuito de pautar a discussão referente ao Estatuto.

Embora haja constantes avanços na garantia dos direitos das crianças no país, é visível a desatenção do poder público na execução de ações previstas no ECA, Lei 8069/90. É preciso existir uma mobilização social no Brasil para fazer valer os direitos de meninos e meninas, principalmente as do semi-árido, que sofrem duplamente. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, seja Municipal, Estadual ou Nacional, e os Conselhos Tutelares, precisam cumprir com seus papéis. Aliás, têm municípios onde nem há os Conselhos, ou só existem no papel.

O maior problema do ECA hoje é funcionar na prática. É ser conhecido, interpretado e respeitado. Na verdade tem que ser cumprido.

Organizações da sociedade civil do Estado da Bahia promoveram uma grande articulação que acabou por gerar uma programação especial para o mês de julho, com o objetivo de discutir e/ou fazer refletir acerca dos avanços e desafios nestes 15 anos de Estatuto. Neste processo, os meios de comunicação também têm um papel fundamental. É necessário que abra espaço para a população debater os problemas e suas soluções, bem como informar e formar a sociedade.

É sobre os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que esta edição especial do Gira quer conversar com você. Cumpra com seu dever de se informar.

– Mas, informar-se não é um direito?

Coluna do Bodin



UNICAFES I

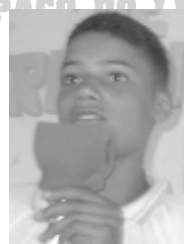
Aliar crescimento econômico com distribuição de renda e geração de oportunidades de trabalho é um dos principais desafios para a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (UNICAFES), criada em junho deste ano. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também participou do Congresso, que reuniu 600 cooperativas do país e fundou a entidade. Lula recebeu das organizações um documento de reivindicações como, por exemplo, a criação de uma Secretaria Especial do Cooperativismo, para atender e beneficiar diretamente os agricultores familiares.

UNICAFES II

José Paulo Crisóstomo, da Associação de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), sediada em Feira de Santana, foi eleito presidente da UNICAFES, e Iara de Andrade Oliveira, da Coopergama de Retirolândia, é suplente do Conselho Fiscal. Para José Paulo, a União representa uma iniciativa muito importante para a agricultura familiar e vai reduzir as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas. “Como prioridades, já estamos trabalhando para tirar os nomes das cooperativas e seus diretores do SPC e SERASA. Vamos lutar também para ampliarmos a produção e a comercialização e, através de encontros regionais e nacionais, vamos discutir ações para resolver a questão do endividamento dos agricultores familiares. Esse é o nosso compromisso prioritário”, afirmou o presidente.

ESPAÇO DO LEITOR

Nessa edição, estamos tratando dos direitos de meninas e meninos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em julho completou seus 15 anos. Mas muita coisa ainda precisa ser feita para que esses direitos e deveres sejam cumpridos. Esse espaço é seu, então não perca tempo e participe. A garotada da Jornada Ampliada do povoado de Caiçara, em Capim Grosso, é a dona do espaço nesta edição. Confira:



vendo que não é só brincadeira, aqui a gente aprende nossos direitos e deveres, mas ainda tem muitos meninos aí quebrando licuri e estão fora da escola”.

“Eu sou Nailton, tenho 15 anos e estudo a 6ª série. Toda criança tem o direito de viver, brincar, de ter lazer e alimentação. Quando o PETI chegou aqui eu me perguntava: como é isso? E depois eu fui

“Meu nome é Rogério, e eu fiz uma história em quadrinhos sobre o ECA, a lei que garante os direitos das crianças e adolescentes”.

“Me chamo Reinam Silva, com a minha historinha sobre ECA eu aprendi que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis por nós”.



Envie cartas, fax e/ou e-mail para: Jornal Giramundo, Rua Pontal 61 Cruzeiro CEP: 44.017-170 Feira de Santana/Ba tel/fax: (75) 3221.1393 giramundo@moc.org.br

GIRAMUNDO

Realização: Movimento de Organização Comunitária
Coordenação: Programa de Comunicação do MOC
Edição e revisão: Marcondes Araújo (DRT - 206 .L2)
Reportagens: Agência de Mandacaru de Comunicação e Cultura e Programa de Comunicação do MOC
Fotos: Paulo Marcos/MOC
Diagramação&Design: Karime Salomão
Apoio: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e

Instituto Simões Filho / A Tarde

Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura:

Camila Oliveira, Deise Moraes, Edisvânio Nascimento, Ilana Oliveira, João Netto, Laila Silva, Luiz Paulo, Monalisa Lopes, Nayla Oliveira, Robson Santos, Rivani Oliveira, Rejane Medrado, Renildo Carvalho, Rose Rios, Tiana Cruz, Valmir Barreto.

Programa de Comunicação do MOC: Cristiane Melo, Klaus Minihuber, Lorena Amorim, Nayara Silva e Paulo Marcos.

Fale Conosco: MOC - Movimento de Organização Comunitária

Rua Pontal 61, Cruzeiro CEP: 44.017-170 Feira de Santana/Ba, tel: (75) 3221.1393 fax: (75) 3221.1604 e-mail: giramundo@moc.org.br site: www.moc.org.br

As crianças do semi-árido querem atenção

No semi-árido, a pobreza é maior que em outras regiões do Brasil, mas ações integradas e desenvolvidas pela sociedade civil, empresas e governos em conjunto vêm diminuindo essas desigualdades e promovendo a garantia de direitos de crianças e adolescentes pobres da região. “Somando forças a sociedade pode dar uma resposta imediata aos graves problemas que afligem nossas comunidades. Ainda são necessárias mais ações que priorizem a aplicação e a garantia efetiva dos direitos das crianças, jovens e adolescentes da região”, aposta Noé Silvestre, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Retiroândia, pioneiro nessa luta.

Iniciativas – Projetos como *Baú de Leitura*, que garante um acervo literário especial para meninos e meninas em situação de risco e que não têm hábito de leitura em quase 50 municípios, levando histórias, lendas, poesias e um pouco das suas realidades para a sala de

aula. O projeto *Agente de Família* incentiva as famílias a participarem mais da vida de seus filhos, bem como contribuírem com o desenvolvimento da escola e da comunidade. O Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semi-árido (PIMC) pretende construir 1 milhão de cisternas e capacitar famílias em todo semi-árido. Projetos como o *Prosperar* e *Cabra Escola* têm fortalecido a agricultura familiar e contribuído com o desenvolvimento sustentável da Região Sisaleira, além de promover a inclusão social através da geração de renda. O Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) capacita professores para atuarem em escolas do campo, baseado-se nos conhecimentos dos agricultores familiares da região. Com água, educação e renda as famílias mantêm as crianças e adolescentes na escola e



garantem direitos básicos de seus filhos. Um desafio é fazer ações como essas virarem políticas públicas eficazes e que contribuam para o desenvolvimento do país.

Ainda há muito a fazer. Um dos quadros tristes dessa realidade na região semi-árida é a falta de atuação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares em vários municípios. O último dado levantado em 2003, na Região Sisaleira, comprovou que apenas 12 de 22 municípios pesquisados têm Conselhos, e o pior é que dos 12 municípios, em apenas quatro os conselhos atuam com frequência e cumprem o papel de intervir diretamente nas ações e políticas infanto-juvenis. Isso é assustador, mas é realidade no sertão. Lenilda Oliveira, do Conselho Tutelar de Retiroândia, diz que enfrenta desafios desde a criação do órgão. “A formação do Conselho foi um grande desafio, um trabalho e tanto, até porque faltam pessoas qualificadas e disponíveis para atuarem. Um dos maiores obstáculos é o fato das pessoas não serem remuneradas pelo serviço”, aponta a conselheira.

No município de Araci, há seis anos o Conselho Tutelar, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), vem desenvolvendo um trabalho de erradicação da exploração infantil e promovendo sua participação na sociedade, mas os conselheiros vêm enfrentando desafios. Segundo Éster Carneiro, conselheira municipal, as dificuldades são muitas, mas é preciso saltar todas as barreiras para garantir a inserção dos meninos e meninas na sociedade.

Por João Netto



Por que as crianças estão sem conselhos ?

Confira a entrevista com Millen Castro, promotor de Justiça

Por Tiana Cruz

Desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990, muitos direitos que foram assegurados ainda não são colocados em prática. Uma condição essencial para que o ECA seja cumprido é o funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Ambos devem ser instalados, por obrigação, pelos municípios, estados e União, que também devem garantir o seu funcionamento e cumprir suas determinações.

Para fazer valer o funcionamento desses conselhos, foi criada a Comissão de Promotores Públicos na Região do Sisal. Em uma entrevista ao *Giramundo*, Millen Castro, promotor de Justiça de Valente e São Domingos, no Território do Sisal, fala sobre a obrigatoriedade dos municípios implantarem os conselhos.

Giramundo – Por que a necessidade de criar uma comissão de promotores?

Millen Castro – Uma das atribuições do Ministério Público é a defesa da infância e da juventude. A maioria dos promotores que estão na região é de turmas mais novas. Quando chegamos aqui, verificamos essa carência quanto à infância e à juventude, relativo à implantação dos dois conselhos: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT). Para suprir esta deficiência de quase 15 anos na região, nós escolhemos como uma das prioridades trabalharmos em conjunto para a instalação dos órgãos. Esta decisão foi tomada numa reunião regional do Ministério Público, com base no planejamento estratégico estadual, que tem como uma das metas reduzir essa vergonha que a Bahia tem de ocupar o primeiro lugar em ausência de



Conselhos Tutelares no Brasil. Por isso fizemos um projeto, juntamente com prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores, numa reunião que aconteceu

“O problema básico de não se instalar estes conselhos é a falta de vontade política”

no dia 28 de abril em Serrinha, onde foi firmado um compromisso para que até meados de 2006 sejam implantados esses conselhos em todos os municípios envolvidos.

Gira – Quais municípios estão envolvidos neste mutirão?

Millen – São os municípios de Barrocas, Biritinga, Cipó, Conceição do Coité, Ichu, Nova Soure, Retiroândia, Santa Luz, São Domingos, Sátiro Dias, Serrinha e Valente. Sendo que em Santa Luz já existe o Conselho Tutelar, mas também estará trabalhando conosco.

Gira – Em todos esses municípios existem os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente?

Millen – No início, nem todos os municípios tinham esse conselho, porém, com essa ação em conjunto dos promotores, em quase todos os municípios isso já está resolvido.

Gira – O que é o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente?

Millen – É o órgão que vai determinar qual a política do município para a infância e a juventude, é ele que vai determinar também o que

deve ser feito, onde serão aplicadas as verbas, dentre outras questões. Ele é formado por paridade, ou seja, metade de membros do poder público e outra metade de membros da sociedade civil. Outra atribuição do Conselho de Direitos é organizar e administrar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Gira – Nos municípios que ainda não têm o Conselho Tutelar, como está sendo o trabalho da promotoria pública para a implantação deste conselho?

Millen – Nós, promotores, observamos que a lei, que já existia em todos os municípios, precisava apenas de algumas modificações, pois não estava atendendo às necessidades do município. Por isso, nos reunimos e fizemos uma minuta do projeto, que foi encaminhada para cada prefeito, para adaptar à realidade de cada município.

Gira – Qual o prazo esperado para que esses municípios regularizem o Conselho Tutelar?

Millen – Nosso objetivo junto com o Poder Executivo e o Poder Legislativo é instalar estes conselhos até meados do mês de outubro ou novembro, em todo os municípios.

Gira – Como é feita a escolha dos conselheiros?

Millen – Os candidatos a conselheiros tutelares se submeterão a um processo de seleção baseado em duas fases. Primeiro será feito um teste de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e aqueles que conseguirem uma média mínima de seis pontos se submeterão a uma eleição. Na maioria dos municípios é realizada a eleição direta, outros decidem pela eleição indireta. No município de Valente, por exemplo, a lei ainda não foi sancionada, a Câmara de Vereadores decidiu pela eleição direta, mas eu não sei se o prefeito vai sancionar ou vai vetar este dispositivo, já que a intenção dele era que a eleição fosse indireta.

Gira – Qual a diferença entre uma eleição direta e uma eleição indireta na escolha dos conselheiros?

Millen – Na eleição direta os candidatos a conselheiros serão escolhidos pela comunidade numa votação direta (como acontece para prefeito, vereadores, etc). Na eleição indireta esses conselheiros serão escolhidos pelas escolas, igrejas e por meio das associações.

Gira – Qual o papel do conselheiro?

Millen – O conselheiro tutelar, acima de tudo, é um defensor dos direitos da criança e do adolescente, por isso a luta por estabelecer a prioridade na infância e juventude. Busca vagas para as crianças que estão fora da escola; visita as famílias delas para possibilitar que elas permaneçam estudando; e as encaminha, se necessário, para programas de apoio financeiro, psicológico e material. Além disso, exige do governo medidas para encaminhar a tratamento médico as crianças e adolescentes enfermos, caso estes não tenham sido atendidos. Também analisa denúncias de exploração infanto-juvenil e solicita da polícia e do Ministério Público as providências cabíveis. Há muitas outras atribuições, todas elas elencadas no ECA.

“O conselheiro tutelar é um defensor dos direitos da criança e do adolescente”

Gira – O que alegam os atuais gestores municipais para a falta dos Conselhos em seus municípios?

Millen – Isso, na verdade, são dívidas que os novos gestores receberam das gestões passadas. A maioria dos municípios não tem interesse de instalar os Conselhos porque são despesas a mais. Então os municípios, querendo fugir de mais gastos, acabam esquecendo da prioridade que é a infância e a juventude e acabam destinando verbas para outras áreas que não têm tanta prioridade assim. Mas o problema básico é mesmo a falta de vontade política.

Gira – Nos casos dos municípios de São Domingos e Valente, quais os maiores obstáculos enfrentados para a composição destes conselhos?

Millen – O maior problema enfrentado em Valente

foi a demora na aprovação da lei. Em São Domingos foi muito mais rápido. Em São Domingos o Conselho de Direitos já abrirá o edital para seleção e escolha dos conselheiros.

Gira – A falta dos Conselhos afeta o cumprimento do ECA?

Millen – Claro, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os conselhos sejam instalados imediatamente. Inclusive, se a lei fosse cumprida com rigor, municípios onde não existem os conselhos em funcionamento não poderiam receber verbas na área da infância e da juventude. Em muitos municípios eles são simplesmente instalados, o prefeito determina quem são os conselheiros e ele nunca

“Se a lei fosse cumprida com rigor, muitos municípios não poderiam receber verbas na área da infância e da juventude”

funciona. Aí continuam as verbas sendo destinadas para outras áreas que não são exatamente da infância e da juventude. Essa herança que os prefeitos herdaram de outras gestões ferem o ECA, principalmente porque nós estamos com um atraso de 15 anos.

Gira – Quais são as penalidades para as pessoas que não respeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Millen – Existem diversas penalidade para as pessoas que agredem os direitos da criança e do adolescente. Quem agride, quem explora sexualmente, até mesmo para os pais que não colocam os filhos na escola. Essas penalidades vão desde as penalidades cíveis, como multas, fechamento dos estabelecimentos que permitem a exploração sexual, até penalidades criminais, como prisões e todas que estão previstas na parte final do Estatuto.

Gira – Na sua avaliação, o ECA é conhecido como deveria ser?

Millen – Apesar do Estatuto já contar com 15 anos de idade, seus dispositivos são pouco conhecidos, seja pelos beneficiários, as crianças e os adolescentes, pois pouco se discute nas escolas, seja pelos próprios governantes, que ainda não estão conscientes da prioridade absoluta de que goza a infância e a juventude. Para mudar isso, há necessidade de uma maior publicidade junto a todos os ramos da sociedade.

DADOS – O último dado levantado em 2003, na Região Sisaleira, comprovou que em apenas 12 de 22 municípios pesquisados existem Conselhos de Direitos. E o pior é que dos 12 municípios, em apenas quatro os conselhos atuam com frequência e cumprem o papel de intervir diretamente nas ações e políticas infanto-juvenis.

FORMAÇÃO – O subprograma Conselhos Municipais de Gestão do Movimento de Organização Comunitária assessora as entidades da sociedade civil de nove municípios, a fim de que atuem de forma qualitativa, democrática e participativa nos conselhos, sendo co-autoras na elaboração e planejamento de políticas setoriais de atendimento à comunidade que representam. Além disso, fornece subsídios para que os conselheiros compreendam a importância do trabalho que devem desenvolver na fiscalização dos recursos públicos que chegam ao município. O trabalho está sendo realizado nos municípios de Araci, Conceição do Coité, Ichu, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Retiroândia, Santa Luz, Teofilândia e Tucano.

PACTO – Os municípios que aderiram ao Pacto Nacional *Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido*, lançado pelo UNICEF, devem colocar a infância na sua agenda política. Para monitorar os municípios que aderiram ao projeto, o UNICEF criou o Selo Município Aprovado e está capacitando pessoas para atuarem como agentes mobilizadores do Pacto. O UNICEF utilizará dados oficiais e ações das prefeituras e organizações da sociedade civil na implantação de políticas que melhorem a atenção a crianças e adolescentes até o final de 2006. Ruy Pavan, coordenador do escritório do UNICEF na Bahia, informou que os 144 municípios baianos que assinaram o Pacto têm até o final de 2005 para instalar toda estrutura necessária para concorrer ao Selo Aprovado. Por exemplo, o Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes e o Conselho Tutelar precisam existir e funcionar.

SERVIÇO – Comissão de Promotores
tel.: (75) 3263 2263 (Fórum de Valente)
UNICEF - salvador@unicef.org
tel.: (71) 3335 0066
MOC - comunica@moc.org.br
tel.: (75) 3221 1393

Mostra de conhecimento e diversidade

Crianças e adolescentes cobram aplicação do ECA na Mostra de Arte e Cultura

Com olhares atentos o adolescente Jonatas, 16, ex-aluno do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do distrito de Salgadália, em Conceição do Coité, disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente veio para ajudar a dar melhores condições às famílias. “Mas, quando eu cheguei aqui em Feira de Santana eu vi dois meninos nas ruas mexendo nos lixos para pegar papelão, plásticos e até restos de comida. Eu fiquei pensando assim... se isso fosse comigo? Gente, vamos ajudar as pessoas, vamos fazer nossa parte”, comentou o ex-trabalhador de motor de sisal.

Esse depoimento foi registrado durante a III Mostra de Arte e Cultura do PETI da Bahia, que aconteceu de 12 a 15 de julho, no Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), em Feira de Santana. Os objetivos da Mostra foram a troca de experiências e saberes entre os participantes e a divulgação de produtos da agricultura familiar. O evento reuniu cerca de 400 pessoas de 60 municípios baianos, entre educadores, gestores municipais, lideranças sociais e crianças.

“Foi muito bom estar no espaço onde todos falam a mesma língua e defendem o mesmo ideal”, conta Franciele, monitora do PETI do município de Teofilândia. Segundo Franciele, os educadores precisam utilizar a pintura, poesia, artesanato, música e comunicação no dia-a-dia escolar, bem como valorizar a criatividade das crianças.

Um dos destaques do evento foi uma mesa redonda composta por representantes infanto-juvenis, que discutiu os desafios e avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 15 anos. Os participantes cobraram mais participação do poder público e da sociedade civil na proposição e execução de políticas públicas destinadas à infância.

As brincadeiras e a criatividade das crianças e adolescentes das Jornadas Ampliadas do PETI e escolas rurais também foram pontos de destaque, e comprovaram que os poucos investimentos que são feitos dão resultados impressionantes.

Representantes da sociedade civil organizada, do poder público e do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) debateram o *Pacto Nacional Um Mundo para Criança e o Adolescente*, focando a participação de cada setor na construção de políticas públicas voltadas para os meninos e meninas do semi-árido. Concluiu-se que é preciso mais empenho dos movimentos sociais na fiscalização e implantação do Pacto.

Feira de produtos – Também na Mostra aconteceu uma Feira da Agricultura Familiar, com a exposição e venda de produtos produzidos nos municípios da Região Sisaleira através de cooperativas, associações e grupos de mulheres organizadas. “O momento foi ideal para a consolidação de propostas e exibição de produtos da nossa agricultura familiar”, afirma Vera Carneiro, coordenadora do Programa de Educação do Campo do Movimento de Organização Comunitária (MOC).

A III Mostra de Arte e Cultura foi promovida pelo MOC e contou com a participação de artistas, escritores e convidados. O evento contou também com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), UNICEF, Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Novas Edições Distribuidora, Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETRAS), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Banco do Nordeste, Centro Dom José Brandão de Castro, e as prefeituras e a sociedade civil organizada das regiões do Sisal, Jacuípe, Piemonte e Recôncavo.

Por Renildo Carvalho



Direitos e deveres garantidos pelo ECA continuam ameaçados

Para marcar a passagem do aniversário de 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), comemorados dia 13 de julho, organizações da sociedade civil, com apoio do UNICEF e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promoveram uma grande articulação que acabou por gerar um Agendão – uma série de eventos,



no mês de julho, com o objetivo de discutir e/ou fazer refletir acerca dos avanços e desafios nestes 15 anos de Estatuto.

O *Seminário ECA 15 Anos: Políticas Públicas, Sistema de Garantia e Direitos e Participação*, realizado em Salvador, reuniu mais de 150 especialistas que atuam na área da infância e adolescência, jovens e

profissionais de comunicação para discutir os avanços e os desafios para se fazer cumprir os direitos infanto-juvenis.

Os Coletivos Regionais de Jovens do Sisal e Jacuípe estiveram representados por Jocivaldo Bispo dos Anjos, que destacou a participação inicial de jovens das regiões em Conselhos de Desenvolvimento Rural. Para ele é muito importante a participação da

juventude no processo de construção de uma nova realidade, principalmente para o campo. Jocivaldo ainda enfatizou, no evento, que os jovens rurais sofrem duplamente, primeiro por serem pobres, e segundo por serem do campo e não terem acesso aos seus direitos, principalmente de estudar em escolas que tratem de suas realidades.

O debate sobre os 15 anos do ECA, lei federal 8.069/90, que garante a proteção integral de meninos e meninas de 0 a 18 anos incompletos, rendeu a produção da **Carta de Recomendações** direcionada ao prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, e aos presidentes dos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA e CECA), com o objetivo de subsidiar as discussões que estão sendo geradas durante as Conferências Municipais, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por Paulo Marcos

PROPOSTAS - Dificuldades como a falta de investimentos e de vontade política do poder público são apontadas em todas as discussões. Destacamos algumas recomendações do documento:

EDUCAÇÃO

- Implementar as propostas já elaboradas. Ou seja, sistematizar, divulgar e lutar pela implementação das diversas propostas existentes produzidas nos diversos fóruns legítimos de Educação.
- Fortalecer a atuação da sociedade civil organizada nos espaços de definição, monitoramento e avaliação das políticas de Educação.

PROTEÇÃO

- Inserir na rede estadual e municipal de ensino uma discussão sobre a violência física familiar, tomando como base os projetos já existentes.
- Capacitar, contínua e permanentemente, toda a rede de proteção à infância e juventude, em especial os Conselhos Tutelares.

COMUNICAÇÃO

- Criar e manter um Programa de Formação Continuada em Comunicação para todos os conselheiros tutelares.
- Criar uma instância permanente, com representantes do governo e da sociedade, para a discussão da Comunicação voltada para a promoção, garantia e defesa dos direitos infanto-juvenis.

SAÚDE

- Realizar Teste do Pezinho completo
- Ampliar o Programa de Agentes Comunitários e o Programa Saúde da Família

EDUCAÇÃO NO RÁDIO

Ligue o rádio, que as crianças falam...



Um ano depois da 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, realizada no Rio de Janeiro, onde o MOC mostrou sua experiência com os Jovens Comunicadores e Rádios Comunitárias, meninos e meninas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na Bahia estão participando da produção do *Encontro na Sala*, um projeto que leva o programa de rádio Encontro com as Comunidades para a sala de aula, servindo de instrumento pedagógico na formação das crianças e adolescentes, bem como sensibilizar educadores para utilizar o rádio no dia-a-dia escolar no semi-árido baiano.

Com a chamada “*ligue o rádio, que as crianças falam*”, a primeira edição do programa foi produzido em Lagoa Grande, povoado do município de Retiroândia, no mês de abril. A água foi a temática do Encontro e um dos pontos da pauta foi uma pesquisa, onde meninos e meninas da Região do Sisal entrevistaram mais de 28 mil famílias e identificaram que menos de 40% consomem água filtrada. Com isso, o poder público é pressionando para doar filtros às famílias. “Eu aprendi muito e pude passar o

que sei através do rádio”, diz Bruno de Jesus, 14 anos.

A segunda edição do programa é sobre o Trabalho Infantil. A Jornada Ampliada de Barreiros, em Riachão do Jacuípe, foi quem recebeu o *Encontro na Sala* de maio, que aponta o desenvolvimento de meninos e meninas que hoje passam o dia todo na escola e antes trabalhavam no sisal, em olarias, cerâmicas de bloco ou como domésticas em casa de família. “É um projeto muito interessante, pois leva a criança a conhecer um universo diferente e a poder aplicar seus conhecimentos em vários aspectos”, afirma Eliene Araújo, monitora.

A terceira produção foi em Valente, na Jornada Ampliada do Bairro Minação. Os garotos e garotas construíram um programa sobre os festejos juninos, comparando o São João de antigamente com os dias atuais. Maílson, de 11 anos, estuda a 4ª série e na Jornada Ampliada, e diz que está aprendendo muito. “Eu gosto de ler e de jogar bola”, comentou o garoto. **O Encontro na Sala de julho viajou até à comunidade de Caiçara, em Capim Grosso.** Lá, meninos e meninas que antes quebravam licuri ou coquinho, como é conhecido em alguns lugares do Brasil, hoje estão produzindo conhecimento na escola. O tema do programa foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou seus 15 anos de existência. “Temos que

dividir o tempo do programa, que é de 30 minutos, para falar tudo que a gente tem vontade. Isso também é nosso direito”, argumentou Jonatas da Cruz Araújo, de 14 anos.

A iniciativa desenvolvida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) também faz parte do Programa de Educação pela Comunicação, desenvolvido pela Cipó Comunicação Interativa de Salvador, que reuniu em 2004 várias ong's, escolas, universidades, educadores e comunicadores baianos para discutir e desenvolver ações educacionais em Salvador e no interior do Estado. Os programas estão disponíveis no site do MOC (www.moc.org.br) para

ouvir e baixar, são transmitidos pela Rádio Sociedade de Feira de Santana toda terça-feira às 18hs e pelas rádios comunitárias do semi-árido baiano. Mais informações no telefone: (75) 3221 1393.

Por Monalisa Lopes

